

**35º Encontro Anual da Anpocs
GT 14 – Forças Armadas, Estado e Sociedade**

**“Na outra vida você é um capitão, aqui você é só uma numérica”: A
despersonalização do sujeito no curso de formação do BOPE**

Priscila Aurora Landim de Castro

1. O trabalho de campo

Esse artigo decorre da minha pesquisa de dissertação, que teve por tema a construção identitária dos militares que atuam no Batalhão de Operações Especiais da PMDF¹. A pesquisa teve por objetivo identificar os pilares sob os quais os integrantes do Batalhão de Operações Especiais do Distrito Federal constroem sua identidade e diferenciam-se do restante da Polícia Militar do DF. O trabalho de campo aconteceu no ano de 2009 e está inserido no ambiente do Batalhão, mas por questões de oportunidade² focará na formação de uma subunidade do BOPE: a Companhia de Patrulhamento Tático (PATAMO).

Quando iniciei o trabalho de campo não sabia exatamente o que esperar, nem o que me esperava³, fato que inicialmente me pareceu problemático, especialmente para quem vinha duma tradição onde me tinha sido afirmado, por alguns professores, a designação duma hipótese como condição necessária a todo tipo de trabalho que se proponha científico. Felizmente descobri que essa

¹ PMDF : Polícia Militar do Distrito Federal.

² O trabalho de campo foi feito antes da recente reestruturação nos quadros da PMDF, instituída pela Lei 12.086, de 06 de novembro de 2009, o Decreto 31.793, de 11 de junho de 2010 e o Decreto 7.165, de 29 de abril de 2010, todos datados após a inserção à campo. Conforme essa reestruturação a PATAMO, que antes integrava o BOPE, foi realocada junto ao Batalhão de Policiamento de Choque. A previsão anterior, a qual vivenciei, previa o Batalhão de Operações Especiais composto por quatro Companhias - Companhias de Operações Especiais, Policiamento de Choque, Patrulhamento Tático Móvel, e Policiamento com Cães – a reformulação atual condensou à Companhia de Operações Especiais (COE) toda a atuação do BOPE, tendo sido as demais unidades incorporadas noutros agrupamentos.

Em visita feita ao Batalhão meses atrás, verifiquei que fisicamente nada ainda tinha sido alterado, apesar de passado mais de um ano da nova previsão legal. Os policiais apontaram como dificuldades e motivos para se esperar um adiamento da questão, a necessidades de construção das novas sedes, recrutamento e formação de profissionais em número adequado a compor os novos Batalhões.

³ Ao redigir tal afirmação pela primeira vez, reconhecendo o desconhecimento notório acerca do que me esperava no trabalho de campo do objeto que eu mesma tinha elegido, senti um desconforto inigualável. Imediatamente projetei as possíveis críticas que receberia, especialmente tratando-se de trabalho que seria submetido à uma banca. Minha surpresa aconteceu após ler trabalhos de outros colegas, que igualmente fizeram inserção ao campo militar, e que também reconheceram o quanto tatearam ante ao desconhecido (Souza:2009), (Cavilha:2009). Em certa medida fiquei confortada pelo dever do silêncio, tão caro aos cursos ministrados no Batalhão, e que intencionalmente criava uma nuvem de fumaça acerca dos procedimentos e ensinamentos praticados durante a formação. Assim, nem mesmo militares de longa carreira sabiam ao certo o que lhes ocorreria, fato que a mim, mera civil, autorizava e estendia minha “licença sociológica” rumo ao inevitável desconhecido.

era uma forma, mas não a única, de se fazer pesquisa, assim, permiti que o campo me orientasse na eleição da pauta. Foi ele o guia a recomendar que adentrasse em alguns assuntos e não noutros, assim como, orientou a leitura de autores que facilitassem compreender e explicar os fenômenos observados. Em meio a um complexo e intenso ir e vir que o trabalho se concretizou, de forma que a observação participante, a qual inicialmente considerei técnica suficiente para concretização da proposta, teve que ser completada por outras visitas ao Batalhão, realização de entrevistas, aplicação de questionários e análise de uma série de documentos correlatos.

Seguindo a linha de valoração das atividades estigmatizadas como especiais decorre a conseqüente estigmatização dos agentes que as executam⁴. Sobre essa diferenciação de atividades e seus executores que polarizou a proposta do trabalho, sendo o objetivo geral da pesquisa a descrição das disposições, em termos de saberes e manejo de tecnologias, disciplinamento do corpo, afetividade e moralidade, que diferenciam o Batalhão de Operações Especiais do restante da Polícia Militar do Distrito Federal.

O conhecimento da ocorrência do curso aconteceu em uma visita ao site da PMDF, no qual são noticiados vários eventos afetos à instituição. Sabendo do início próximo do curso, dirigi-me ao Batalhão, tendo solicitado tratar sobre o assunto com então responsável pela Companhia PATAMO. Esse foi meu primeiro contato com o ambiente, e rompendo com a cultura da “indicação” por parte de um *conhecido*, frequente nos trabalhos acadêmicos acerca dos militares, não me fiz valer de nenhum contato interno, ou indicação⁵. A prática da indicação do pesquisador advém especialmente de algumas características comuns aos meios militares, em regras gerais: a eterna desconfiança e

⁴ Em conformidade com o recorte deste trabalho, analiso a identidade do BOPE pela narrativa e prática dos integrantes do próprio Batalhão, tendo me restringido a esse olhar interno. Não constitui objeto de investigação, nesse momento, a identificação que fazem os demais policiais daqueles que se designam especiais. Tampouco me posiciono aqui em reconhecer que se tratam ou não de elementos especiais dentro da corporação. Enquanto proposta científica me restrinjo no recorte ao qual propus e tento compreender a lógica daqueles que escolhi como objeto de estudo

⁵ Não que pessoalmente faça alguma restrição quanto à utilização de referências pessoais, ao contrário. Entretanto, infelizmente, não possuía na época nenhum contato que me direcionasse ao Batalhão.

descrença naqueles que os estudam, especialmente se tais pesquisas forem feitas *por* e *para* civis; a idéia fixa de que a lógica militar é compreensível única e exclusivamente por militares; o temor acerca da apropriação e destinação dos conhecimentos cooptados. Assim, a inserção, via de regra, é facilitada por meio da indicação de um dos “membros”, o qual serve ao propósito de referência e “medalhão” na inserção ao campo.

Contraopondo à expectativa da recusa prévia, fui recebida no mesmo dia pelo responsável pela Companhia, tendo lhe exposto a intenção de acompanhar o curso, e interpelado sobre a possibilidade de realização do trabalho. Ele prestativamente não esboçou nenhum impedimento, solicitando que formulasse documento direcionado ao Comando Geral, no qual exporia metodologia e objetivos da pesquisa. Fiz conforme o pedido, formulei o documento, protocolei e esperei. Esse contato foi feito cerca de duas semanas antes do início previsto para o curso, tendo obtido resposta positiva somente após as primeiras semanas da formação⁶. Quando iniciei os trabalhos os alunos já estavam numa fase mais avançada do curso, demonstravam relativo entrosamento, e já esboçavam certa debilitação física.

Uma das dificuldades que encontrei foi o fato de não me ter sido disponibilizado previamente um cronograma de atividades. Tal ausência não derivou da ausência de um cronograma prévio, o curso apesar dos imprevistos ocorridos era totalmente planejado. Tais informações me eram passadas “à conta gota” diariamente, e cabia a mim questioná-los sobre os locais das aulas e seu conteúdo. Creio que esse interdito criado tenha servido ao propósito de freiar-me não só o acesso, mas alguns poderes. Era característica do curso o elemento surpresa da formação, sendo que ao tomar conhecimento prévio do cronograma poderia “soltar” seu conteúdo indevidamente⁷. Tornava-se evidente

⁶ O momento da minha inserção ao campo não se trata de evento não justificado, ao contrário, foi certamente calculado pela Coordenação. Devido à natureza das atividades aos quais os alunos são expostos nas primeiras semanas, quando são altamente demandados física e psicologicamente, não seria apropriado a presença de uma pesquisadora.

⁷ A sensação de dúvida e relativo desconforto dos meus interlocutores acerca da apropriação daqueles conhecimentos por mim acompanhou toda a realização do trabalho. Mesmo após ter conquistado uma maior liberdade de trânsito no Batalhão, a dúvida sobre minhas conclusões era uma constante e reincidia em lembrar-me da minha condição de “outsider”.

que a prospecção era uma capacidade que eles (os policiais) deviam estar habilitados a administrar, não eu.

O acesso ao cronograma não foi o único interdito enfrentado, era um dos vários componentes de toda uma rede de interdições. Obviamente eles selecionaram, elegeram, priorizaram e me interditaram. Os interditos e omissões em regra não eram verbalizados o que não me impedia de identificar sua existência. Tampouco se tratou de evento inesperado. A prática do trabalho de campo, especialmente da observação participante, assim como as experiências de outros autores em etnografia, apontam para tal fenômeno como normal e evento até esperado, especialmente ao se tratar de instituições que têm por tradição histórica resguardarem-se sob uma ordem ética marcada pelo sigilo profissional, seja este deliberado formalmente, por meio de códigos disciplinares, ou quando da ausência destes o vácuo legal não raramente é ocupado por códigos informais, capazes de repercutir como instrumentos de controle mais eficazes, inclusive, que os anteriores. Assim, ocorreu ao longo de todo o trabalho de campo, seleções do que seria “adequado” manifestar ou ao contrário silenciar, sendo que tais intervenções não foram pautadas exclusivamente pelo seu conteúdo, mas também na relação de confiança entre meus interlocutores e eu, especialmente no início do trabalho onde a ausência de confiança constituiu-se como agravante, sendo progressivamente conquistada ao longo dos meses em que frequentei o Batalhão.

Não sei ao certo se progressiva e lentamente fui ganhando uma parcela de confiança, ou se simplesmente eles foram se acostumando com o fato que eu estaria ali, ainda que alguns julgassem inadequado. Na realidade os olhares carregados de desconfiança e dúvidas ao meu respeito, sobre o que efetivamente fazia, foram amenizados com o passar do tempo. Não que tenham deixado de se questionar sobre o que fazia a partir da apropriação daqueles conhecimentos, mas creio que foram se acostumando ou aceitando. O campo me mostrou a importância de um fator que até então tinha ignorado: o tempo. Não o tempo enquanto idéia de prazos que sempre atordoia os acadêmicos em formação, mas o tempo para maturação de uma série de saberes, e, no caso de uma incursão a campo, tempo para estabelecimento de laços que te permitam

acessar e igualmente ser acessado. O fato de ter sido autorizada para estar ali não significava que tinha sido autorizada a acessar todos os conhecimentos e redes que estavam sendo travadas, para isso seria necessário muito mais que um documento hierarquicamente estabelecido. Era necessário que de forma personalíssima me autorizassem, e essa certamente me custaria tempo e esforço.

1. A numérica enquanto estratégia de despersonalização dos sujeitos

Uma das peculiaridades nos cursos ministrados no Batalhão está na forma de identificação dos alunos por meio das numéricas. Tratam-se de números que servem de substitutos aos nomes ao longo de toda permanência no curso de formação. Assim, a identificação dos sujeitos passa a ser feita por meio de números e não mais pelos nomes usuais.

A distribuição das numéricas segue a regra do posto/graduação/antiguidade⁸. Conforme tal regra os primeiros números são ocupados pelos oficiais sendo a ordem determinada pelo posto, seguida consecutivamente dos mais antigos aos mais modernos⁹. Esgotado o oficialato segue-se aos praças, dentre os quais será observada a graduação e o critério da antiguidade, assim como, no caso dos oficiais. É possível que integrantes de instituições não militares façam o curso, nesse caso sua numérica será definida após terem sido distribuídos todos os números dentre os militares presentes. A contagem dos números começa a ser feita a partir do número 01 seguindo indefinidamente, quantos membros houver.

O número 00 é destinado à figura que serve como espécie de “mascote” do grupo, no caso do curso em questão ele foi representado por um boneco, que servia a várias funções ao longo do treinamento. Foi colocado como tarefa ao turno¹⁰ que conseguissem um corpo para o 00, uma vez que até o início do curso só existia a cabeça do boneco¹¹. O “00” servia tanto para divertir o grupo, por meio de brincadeira e piadas, como foi utilizado enquanto estratégia de

⁸ Posto é o termo utilizado para designar a carreira do oficialato, enquanto que a graduação descreve a carreira dos praças. A carreira dos praças é composta pelas seguintes graduações: Soldado, Cabo, 3º Sargento, 2º Sargento, 1º Sargento, Subtenente; enquanto a carreira dos oficiais é composta pelos postos de 2º Tenente, 1º Tenente, Capitão, Major, Tenente-Coronel e Coronel.

⁹ “Moderno” é o termo que designa militar menos graduado, seu oposto é descrito pela expressão “antigo”.

¹⁰ Nesse caso, equivalente à turma.

¹¹ Essa informação me foi passada por um dos coordenadores, entretanto todas as vezes que vi o “00” ele estava representado pela cabeça do boneco, restando dúvidas se efetivamente conseguiram o corpo, conforme o pedido.

formação e assimilação de valores caros ao grupo, exemplo disso ocorria quando era pedido ao xerife que o carregasse ao longo das corridas diárias, tarefa que servia para informar um dos princípios do grupo: o de nunca abandonar um dos seus, ou deixá-los para trás. No caso do treinamento ocorrido no Corpo de Bombeiros, onde os alunos tiveram que carregá-lo em alguns momentos, percebi que por se tratar de instituição externa e igualmente militar, na qual os alunos seriam exauridos física e psicologicamente, devido à natureza do treinamento de controle de pânico lá ministrado, existia, além do já citado fator, um segundo, igualmente importante: o orgulho e apreço à tradição. O “00” serve também à tarefa de representar a tradição, pois é um elemento permanente do cursos, independente da turma em questão. Ele esteve presente a quinta turma e estará nas posteriores, carregando consigo toda uma memória.

A definição da numérica é feita no início do curso e é marcada por um ritual, dentre tantos outros que integram a formação. Nesse momento os alunos entregam as vestimentas com a quais se apresentaram ao Batalhão e passam a usar o uniforme próprio do curso. Junto com as vestimentas são entregues as insígnias e a identificação até então feita pelo nome de guerra, o qual é substituído pela numérica.

A utilização da numérica foi fator que me captou atenção desde o início do curso, tendo obrigado a me adaptar à uma nova rotina de referência aos sujeitos, não mais descritos, como comumente feito, por seus nomes e sim por números. A primeira e principal dúvida acerca dessa prática foi quanto à função a qual servia, porque tinha sido institucionalizada e tornado uma invariável nos cursos do BOPE.

O curso da PATAMO, assim como o curso da COE¹², é de caráter misto, que significa dizer, composto por praças e oficiais, estendendo, inclusive, à civis.

¹² O curso da COE é tido como o mais mítico dentre os cursos oferecidos no Batalhão por conta dos critérios físicos estabelecidos na seleção, ainda mais acentuados que o exigido no curso tratado aqui, o da PATAMO. Além disso, é o único curso onde o “contato” (agressões físicas sob formas variadas) é previamente reconhecido. Sobre isso, acho válido o questionamento feito por um dos alunos da PATAMO a respeito da concepção de agressão, onde acentua que esta não precisa se restringir à tapas, murros e socos, cabendo a inclusão de muitas situações tidas como normais durante a formação, e que podem ser previstas como agressões físicas, a exemplo do material carregado na mochila por longos períodos de caminhada e a conseqüente repercussão de tal carga na coluna.

Além da natureza dos alunos ser mista, a própria equipe de coordenação e instrução é igualmente mista, de forma que com frequência pode ser visto um praça executando, coordenando ou orientando uma atividade. Tal observação serve para enfatizar uma problemática envolvida no curso e na natureza desse: a miscigenação entre duas carreiras, sendo uma delas, o oficialato, naturalmente condicionada a chefiar os praças. Creio que não seria um problema em si, para as estruturas militares, a mistura de carreiras, caso o curso fosse estruturado em um formato diferente do praticado. Porém as situações criadas nos treinamentos, onde os alunos sofrem uma série de ofensas, sob a justificativa de testar-lhes o caráter e o psicológico, acaba por criar um problema ao princípio hierárquico, tão caro ao militarismo.

O uso da numérica serve assim como estratégia para administrar/manipular/burlar a hierarquia militar. Desnecessário descrever o quanto a hierarquia é cara ao militarismo, constituindo junto com a disciplina seus pilares essenciais. Várias são as regras hierárquicas que orientam as relações interpessoais em instituições militares, tais como as condições e pré-requisitos para dirigir-se a determinado membro, solicitar a palavra, adentrar ou ausentar recinto, dentro outras.

Foucault (1977) define por disciplinas os *“métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade”*, estabelecendo sua existência como ocorrida desde tempos remotos, tendo entretanto se firmado a partir dos séculos XVII e XVIII como métodos gerais de dominação. Distinguem da vassalagem, escravidão e submissão puramente ditas, tratam de mecanismos *“que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, seus comportamentos”*. A disciplina é concebida por Foucault como um substrato ou manifestação do poder, é descrita como componente de uma maquinaria política que atua em formar corpos exercitados, submissos e *“dóceis”*. Cumpre por sua

Aos que concluem o COESP é atribuído o título de *“caveira”*, sendo essa uma deferência constante no BOPE. É tamanho o reconhecimento de um caveira, que certa vez em uma conversa com um dos coordenadores sobre o caso de alguns alunos ele afirmou: *“o XX nem vale à pena arrochar, o cara é caveira, segura a onda legal”*.

vez um duplo papel: se por um lado aumenta a aptidão dos corpos através do treinamento e exercício, por outro ela os sujeita por meio de uma dominação acentuada. É sob essa relação dual de capacitação em termos econômicos e consequente controle dos corpos por meio da obediência, que Foucault fundamenta sua análise disciplinar. Exemplos das disciplinas são citados pelo autor como compreendendo os espaços escolares, hospitalar e militar.

Leirner (1997, p. 108), em seu estudo sobre o Exército, descreve a disciplina como servindo ao propósito da hierarquia militar: “*se a crença nos atributos, pelos quais é avaliada a disciplina, de alguma maneira realiza as relações pessoais, do mesmo modo a disciplina realiza a hierarquia*”. Ainda sobre a hierarquia o autor a define como princípio que norteia toda vida militar:

Ela é o princípio primeiro de divisão social de tarefas, papéis e status dentro do Exército, determinando as condutas e estruturando as relações de comando-obediência, sistematizando a ação e a elaboração do conhecimento militar e mapeando o modo como as relações de poder devem estruturar-se.

O autor aponta que a maior parte dos trabalhos que abordam o problema da hierarquia o fazem descrevendo-a sob o formato de pirâmide. O problema de tais descrições é o fato delas ignorarem ou reduzirem a importância de alguns elementos como medalhas, diplomas, condecorações e elogios que igualmente compõem o universo militar num sistema de classificação. Por meio desse sistema são definidos tanto a representatividade dos indivíduos no passado, quanto é feita uma prospecção do seu futuro. A classificação é definida por Leirner (1997, p. 84) como sendo:

Uma espécie de pontuação na carreira militar: somam-se a ela notas e conceitos obtidos em cursos, medalhas, elogios e condecorações, assim como dela se subtraem punições e repreensões. Tudo isso, em conjunto, forma o mérito que o militar deve possuir para poder prosseguir na escala hierárquica.

Um dos fatores a influenciar o que estamos denominando por uso das numéricas enquanto estratégia é o caráter misto do curso em questão, dessa maneira, se observadas as regras hierárquicas que regulam o trato nas diferentes esferas do poder militar, seu desenho seria certamente diferente do

praticado, sendo o recurso da numérica um dos elementos cruciais a permitir o formato adotado.

Durante o curso, vários são os tratamentos dispensados aos alunos, muitas vezes esses ocorrem sob o formato de ofensas, tais como: *“você é um verme”, “você é um fraco”, “não sei o que você está fazendo aqui, peça para ir embora!”*. Se observadas as regras hierárquicas, caso militar de posto inferior desfira tal tratamento a seu superior, ainda que em situação de curso, certamente lhe seriam imputadas punições, entretanto, e contrariando as regras gerais, nos curso de formação do BOPE tal possibilidade é permitida, entendida como consensual e condição para o treinamento. A justificativa para explicar e legitimar as situações contrárias ao ordenamento geral criadas ao longo da formação, é de que os sujeitos naquele momento deixam de desempenhar as funções que executam normalmente, e passam a integrar a condição de aluno, instrutor e/ou coordenador, sendo à essa condição momentânea que o tratamento é dispensado. Ta lógica prega uma espécie de condição paralela e fictícia, onde não cabem as regras de tratamento antes estabelecidas, sendo em substituição àquelas criado um novo regramento. Nestes termos, resta investigar quais são as novas regras a determinar as relações interpessoais no grupo e de que forma elas se estabelecem.

O uso da numérica pode ser descrito como cumprindo dupla estratégia: a despersonalização dos sujeitos e, por conseguinte, o rompimento temporário da hierarquia, sendo a existência do segundo intrinsecamente vinculada ao primeiro. A desconstrução hierárquica só é possível por meio da despersonalização dos sujeitos, trata-se de condição necessária e vinculante. Somente quando desconstruída a identidade dos sujeitos é possível criar uma nova condição de existência regida por novas regras.

“quando o aluno se sujeita a vir fazer o curso, quero deixar bem claro que é voluntário, ninguém é obrigado. Perde-se as divisas e as estrelas, nos colocamos todos numa única condição, porque o conhecimento vai ser único. Não vai ser um conhecimento para capitão, um conhecimento para... vai ser um conhecimento único. E na rua a sociedade não quer saber quem é capitão, quem é sargento, quem é soldado. O bandido, meliante, ele não sabe, quem está ali é um policial. Então, a partir do momento em que você quebra esse negócio de hierarquia dentro do curso, todo mundo sabe, todo mundo é consciente, que na **outra vida** fulano é o capitão, na outra vida ele é

o tenente, ele é o sargento, mas naquela condição ele aceitou. Tanto é que a gente fala: sentiu que está sendo humilhado vai embora. E outra, a gente cria uma aproximação para evitar panelinhas, uma panelinha só de sargento, outra só de oficiais” (Praça integrante da coordenação)

“todo aluno tem que ter essa consciência, de que quando ele estiver no curso ele é uma numérica. Ele é um ser igual a qualquer outro, que está dentro do curso. Ele sai da condição de chefe, de oficial, de sargento, de cabo, para condição de aluno, então, ele tem que aceitar isso. Os que não aceitam, geralmente, não terminam o curso, porque a própria doutrina prega isso. Como é que eu [patente] vou aguentar uma ofensa sua, que é estudante, que está numa passeata e etc. Estou fazendo meu trabalho ali e você está fazendo uma reivindicação legítima, às vezes você vai abusar, você vai me xingar, vai me cuspir e eu tenho que ter minha capacidade doutrinária de aguentar isso. Então quando o aluno não se predispõe a aguentar determinadas ofensas dentro do curso, agente já sabe que ele não vai aguentar determinadas ofensas na rua, então ele é desligado” (Oficial)

Na primeira fala transcrita é retratada a condição da “*outra vida*” como designando as ocupações e postos reais dos alunos, reconhecido que apesar da condição de aluno existe a consciência que na “*outra vida*” ele ocupa determinado posto na instituição. O reconhecimento de uma outra vida acaba por determinar uma condição paralela àquela, materializada na iniciação dos policiais no curso. A essa condição paralela está vinculada a despersonificação dos sujeitos, trata-se de recurso para apagar uma memória que já os constituía, tanto enquanto sujeitos fora do meio militar, mas principalmente, visa desconstruir uma memória profissional, daquele que desempenhava suas funções como major, capitão, tenente, sargento, cabo ou soldado, e que a partir da caserna passa a se limitar à condição de aluno.

Dito isso, identificado que a função da numérica serve ao intuito de construir uma nova condição, resta saber se na prática tal condição é assimilada tão bem quanto o proposto pelo discurso, se, de fato, os envolvidos nessas relações - alunos, instrutores e coordenadores - conseguem abstrair tal condição como temporária e legítima, sem que em resposta às situações de maus tratos ocorridas durante o curso sejam acionados mecanismos de revanche, uma vez que a desapropriação das patentes durante o curso é temporária, como lembrado pelos próprios interlocutores. Por conseguinte, restaria a possibilidade de posteriormente se utilizar da condição, agora reposta, para exercer um

possível “acerto de contas”. Sobre isso, um dos alunos do curso se posicionou da seguinte forma:

“essa desconstrução dos postos e graduações na verdade ocorre em partes, eles sabem quem é oficial, que a gente tá numa situação quase que fictícia, uma coisa meio fora do real. E acaba tendo respeito ainda. Você pode pedir desligamento do curso e pegar seus poderes de volta”.

“O pessoal mesmo sem a estrela no ombro¹³ tinha um respeito a mais”.

“A gente percebe o modo deles tratarem os praças, é diferente da forma que tratavam os oficiais. Até quando iam pegar pesado com os oficiais, iam dar uma sacaneada, eles faziam como se fosse uma espécie de brincadeira, entendeu? Com os praças eram mais incisivos, mais rigorosos”.

Interessante observar na fala a descrição do curso como uma realidade paralela, que depois de findado as vidas são normalmente retomadas, assim como, são repostas as atividades desempenhadas e os “poderes” restabelecidos. Tal visão é bem recorrente nos discursos não só dos alunos, mas dos próprios integrantes da coordenação.

Apesar da recusa inicial da existência de retaliações, que o tratamento dispensado aos alunos serve ao propósito do curso, assume-se ainda assim a possibilidade de que aconteçam represálias, tanto na condição de instrutor ou coordenador, quanto na condição de aluno pós-curso, no sentido de reclamarem sua patente em prol das humilhações sofridas. Sobre isso um oficial que passou pela condição de aluno e depois veio a integrar a equipe de coordenação afirma:

“Isso é um problema, geralmente uma retaliação pós-curso não acontece. Acontece quando um policial que está na coordenação e extrapola aquilo que foi acertado. Por exemplo, teve uma situação num curso onde um policial, um tenente antigo, pelo fato de ser da Corregedoria e ter vindo fazer um curso [sofreu com] um soldado que há uns quatro, cinco anos atrás teve um problema, e foi esse policial da Corregedoria que apurou e puniu. Às vezes a gente tem que ter muito cuidado. O policial [soldado] veio a se aproveitar que ele estava na condição de aluno (...). Tanto é que aquele policial sofreu uma retaliação por parte do aluno que era tenente e foi conversar com ele”

¹³ Pelo termo “estrela no ombro” o policial faz alusão aos oficiais, transmitindo a idéia de que ainda que as insígnias não estivessem cravadas no uniforme existia uma deferência maior a eles.

O próprio aluno chegou pra mim e falou:

- Estou indo embora do curso!

Daí eu falei: uê, o cara é bom, porquê? Não aguentou, não?

- Porque aconteceu isso, isso e isso, e eu lembro que no dia que a gente fez a reunião, para início do curso, que a gente assinou, nada disso foi acertado, então eu não tenho que ser submetido a isso.

Falei:

- Não, você não vai sair do curso. É mais fácil sair o monitor. É mais fácil ele sair da equipe de coordenação, que você, a não ser que você queira sair. Porque ele se excedeu de uma forma inadmissível. Toda equipe de coordenação também está sujeita a uma regra”.

“Às vezes não tinha como monitorar. Às vezes a gente tem muito isso, um praça, um soldado, um sargento vê um major na frente dele e não tem nada que diz que pelo fato dele ser aluno ele deixou de ser major, ou pelo fato de ser monitor ele virou sargento, não. Na verdade aquele superior hierárquico está ali porque ele decidiu se submeter aquilo e aí o que acontece? A gente tem que controlar muito isso. Qual o lugar na polícia em que eu vou mandar num major, sendo eu soldado? E aí é a hora em que ele começa (...) “Paga zero um, paga essa merda, cala a boca”, tapa. Então são coisas que você tem que monitorar porque às vezes o policial começa a questionar a validade daquilo. (...) Mas é complicado porque às vezes você tem que fazer isso numa forma bem discreta, porque a partir do momento em que você tem uma discussão na frente do curso os próprios alunos começam a questionar a validade do curso.

Observa-se na fala transcrita que a condição de submissão dos alunos aos instrutores e membros da coordenação serve para criar uma condição de poder somente vista na ocorrência dos cursos, devido à desconstrução temporária da árvore hierárquica. Tal situação pode constituir, conforme retratado pelos entrevistados, oportunidade ímpar de poder sobre outros policiais, seja por tratarem de profissionais hierarquicamente superiores, ou ainda, entre membros de igual graduação/posto, subordinados à chefias externas e sobre as quais não se tem acesso.

Ainda sobre as ofensas sofridas, existem casos onde a assimilação não ocorre conforme o planejado, que os alunos revidam as agressões recebidas, exemplo disso aconteceu no 5º Curso da PATAMO, objeto do trabalho de campo, onde um aluno e um instrutor quase chegaram às vias de fato após uma instrução. Não estava presente quando da ocorrência do episódio, mas vários interlocutores me narraram o acontecido. Nesse caso concreto o aluno foi desligado conforme prevê o regimento do curso. Sobre o episódio:

“teve um aluno que apelou com um sargento que faltou ao respeito com ele, quase chegaram às vias de fato. Aí ele foi desligado” (Aluno)

Conforme visto, apesar da numérica servir como estratégia de despersonalização dos sujeitos, ela não consegue fazê-lo de forma tão eficaz quanto o proposto. Cumpre em certa medida seu fim, mas não apaga por completo a memória dos sujeitos, persistindo, ainda que na condição de aluno, o posto ocupado na instituição, e reconhecida a possibilidade de retaliação, quando reintegrado às suas funções normais. Enquanto identidade paralela, a numérica serve ao processo de identificação dos sujeitos como iniciados e integrantes do Batalhão, haja vista que com frequência os policiais são lembrados pelos números que lhes foi determinado durante o curso. Não raramente durante minha permanência no Batalhão observei que o tratamento entre os membros ainda era dirigido à numérica, mesmo em situação pós-curso.

Além da numérica atribuída ao longo do curso, a qual se repete a cada novo curso, existe uma lista de todos os que concluíram a formação. Esta foi iniciada pela primeira turma e segue por todos os cursos seguintes, está inscrita no Livro dos Táticos¹⁴. Importante observar que a numérica usada no curso não coincide com a numérica determinada no livro, exceto no caso da primeira turma, uma vez que em todos os cursos existe seu correspondente 01, 02, 03, e por conseguinte.

Se por um lado a numérica não anula por completo a identidade dos indivíduos a ela submetidos, tal como alguns interlocutores propuseram, ela constitui demarcador essencial e um dos elementos fundadores da identidade no Batalhão, sob essa óptica pode ser descrita como componente de uma nova identidade profissional: os Patameiros, os Caveiras, enfim, um iniciado pelos cursos do BOPE. A numérica ocupa papel tão importante no processo identitário do grupo que certa vez quando um dos integrantes me narrou o tratamento dispensado pelos policiais do BOPE ao encontrarem colega que apesar de ter

¹⁴ Assim, todos os cursos têm seus respectivos 01, 02, 03 etc. Entretanto o Livro dos Táticos segue a distribuição de números onde a cada membro é destinada uma única numérica, por exemplo: o Primeiro curso formou 38 integrantes que ocuparão respectivamente os primeiros 38 números. A contagem dos integrantes do segundo curso, por sua vez, irá começar a partir do número 39 e assim por diante.

concluído o curso continuou atuando no Batalhão de origem, ele usou a numérica como objeto de identificação: *“poxa 03, bora pro Batalhão [BOPE]!”*, confirmando que a numérica extrapola a situação de curso e permanece como delimitador entre um iniciado e um não iniciado.

Referências bibliográficas:

CAVILHA, Juliana. *Das entrevistas aos rituais: dialogando com os militares*. In: CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero (Org). *Antropologia dos militares: reflexões sobre a pesquisa de campo*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 129-149.

SOUZA, Alexandre Colli de. *Etnografando militares: obstáculos, limites e desvios como parte constitutiva de visões nativas*. In: CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero (Org). *Antropologia dos militares: reflexões sobre a pesquisa de campo*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 151- 169.

DISTRITO FEDERAL. Lei 12.086, de 06 de novembro de 2009.

DISTRITO FEDERAL. Decreto 1639, de 10 de março de 1971.

DISTRITO FEDERAL. Decreto 6150, de 11 de agosto de 1981.

DISTRITO FEDERAL. Decreto 20.329, de junho de 1999.

DISTRITO FEDERAL. Decreto 7.165, de 29 de abril de 2010.

DISTRITO FEDERAL. Decreto 31.793, de 11 de junho de 2010.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1977.

LEIRNER, Piero de Camargo. *Meia-volta volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

_____. *A etnografia como extensão da guerra por outros meios: Notas sobre a pesquisa com militares*. *Mana - Estudos de Antropologia Social*, v. 15, n. 1, p. 59-89, abril 2009.